

# A reconstrução do estado da Guiné-Bissau: uma utopia ou necessidade premente?

Moisés Domingos Correia [1]

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB, Brasil  
ysneyomberg@aluno.unilab.edu.br

## Resumo

Tendo em vista a situação clínica do Estado da Guiné-Bissau nas últimas décadas, devido às sucessivas crises políticas e institucionais, que têm decorrido ao longo do seu percurso político e democrático, compreende-se que é premente viabilizar espaços de debates. Tudo isso, visando discutir o processo do “parto” que deu princípio ao Estado e, a sua evolução não só política, como também econômica e social. Por conseguinte, objetivando, proporcionar um desenvolvimento esperado com a libertação nacional. Para isso, propõe-se, no presente, fazer uma análise, sincronicamente, da construção e da reconstrução política do país como fundamento necessário rumo a uma Guiné-Bissau autossuficiente. Sendo assim, a recolha, a análise e o ensaio da visão aprimorada propostas neste trabalho acabam por propor, seletivamente, a revisão dos teóricos que trabalharam questões à volta da temática que se pretende realçar – endógenos ou exógenos. Assim, infere-se que o desenvolvimento da Guiné-Bissau pode surtir, compreendendo de modo “estatístico”, principais problemas sociais. Ainda reconhecer que uma análise terapêutica do passado e suas implicações políticas e revolucionárias correntes podem ser um dos caminhos para a transformação sociopolítica e econômica do país.

**Palavras-Chave:** Reconstrução do Estado; Utopia ou Necessidade Premente; Guiné-Bissau.

## Abstract

In view of the clinical situation of the State of Guinea-Bissau in recent decades, taking into account the successive political and institutional crises that have been taking place along its political and democratic course, it is understood that it is urgent to enable spaces for debate. All this, aiming to discuss the process of “childbirth” that gave birth to the State and its evolution not only political, but also economic and social. Therefore, aiming to provide expected development with national liberation. To this end, it is proposed, at present, to make a synchronous analysis of the construction and political reconstruction of the country as a necessary foundation towards a self-sufficient Guinea-Bissau. Thus, the collection, analysis and rehearsal of the improved vision proposed in this paper selectively propose the revision of theorists who worked on the themes that are intended to be highlighted - endogenous or exogenous. Thus, it can be inferred that Guinea-Bissau's development can arise, comprising in a “statistical” way, the main social problems. Still recognize that a therapeutic analysis of the past and its current political and revolutionary implications can be one of the paths for the socio-political and economic transformation of the country.

**Key-words:** State reconstruction; Utopia or pressing need; Guinea Bissau.

## Introdução

Com o nascer do processo libertador do colonialismo que se instalou com a chegada dos europeus à Costa Ocidental da África no século XV, desde então, não

tem tido a Guiné-Bissau a oportunidade de se conciliar um Estado forte que preze para a concretude do bem-estar e da promoção da justiça social para o povo guineense. Pois, a compreensão do procedimento que possibilita a (re)construção política do Estado da

Guiné-Bissau, na contemporaneidade, como um fenômeno indispensável nos debates das ciências humanas e sociais, a partir de diversas perspectivas e experiências podem proporcionar importantes saídas para a consolidação de um Estado de direito democrático.

Tendo em vista o estado clínico do país nas últimas décadas, devido às sucessivas crises políticas e institucionais que têm decorrido ao longo do seu percurso político e democrático, compreende-se que suavizar espaços de não conforto e de debates para discutir o processo do “parto” que deu princípio ao Estado e a sua evolução, não só política, assim quanto econômica e social irá proporcionar um desenvolvimento esperado com a libertação Nacional.

Para isso, propomos, no presente, fazer uma análise da construção e paralelamente à sua reconstrução política pela resistência como fundamento necessário rumo a uma Guiné-Bissau com menos espinhos, permitindo que o seu povo caminhe com segurança.

Nesse exercício, não constitui o nosso interesse folhear todos os procedimentos revolucionários que tiveram impactos significativos para que se torne real o anseio dos oprimidos da era colonial. No entanto, resgatar aceções que nos permitem ter uma percepção de quanto a resistência política dos povos locais contra a imposição colonial pode proporcionar bases a (re)construção do Estado da Guiné-Bissau.

Perante os problemas que o país enfrenta atualmente, começando pelas nebulosas relações institucionais entre os principais órgãos do Estado, a interrupção sumária dos processos democráticos, conluio entre forças armadas e a classe política partidária, a cooptação da sociedade civil e dos movimentos sociais pelos agentes políticos no poder, a grande défice da produção científica, a precariedade do sistema de saúde pública, os desmandos do sistema de justiça, até o elevado índice de extrema pobreza etc. Não obstante, a resolução das contendas mencionadas acima ainda se encontra aquém do esperado. As desavenças corriqueiras da viciada classe política acabam repercutindo negativamente na vida das populações.

Mas se pergunta, por que é relevante pensar? Ou reformulando, debater a trajetória pelo qual foi possível e funciona o Estado moderno guineense, não só irá coadjuvar a transição política e democrática do país de modo acurada, como também dar-lhe-á auxílio necessário. Como dizia Cabral, de ser protagonista das suas ações, isto é, refletir autonomamente sobre as preocupações que são emergenciais, a fim de procurar respostas para as continuidades que da libertação assombram o país. Como dizia o velho Dogberry citado em Marx (2013, p. 158), na obra *O Capital*, “*uma boa aparência é dádiva da sorte; mas saber ler e escrever é dom da natureza*”.

Neste sentido, o presente trabalho embora não abranja uma abordagem mais generalista do processo da libertação pela resistência política, ele pode ser útil para muitas outras inquietações que possam vir a criar condições necessárias para uma autonomia e a estabilidade política e funcionalidade das instituições públicas almeçadas. Com isso, mostrar que, a produção acadêmica pode ser uma das muitas vias transitáveis para a implementação de um Estado de direito democrático, forte e que coloca em primeiro lugar os interesses do seu povo. Todavia, a suposição deste trabalho é que o desamarro político rumo ao desenvolvimento do país exige uma profunda análise e compreensão do Estado guineense, desde o seu primórdio aos momentos atuais. Pois, isso nos permitirá “*conhecer, prever e prover [...]*”, como dizia o Augusto Comte citado em Durkheim (2011, p. 20).

Para a recolha, a análise e o ensaio da visão aprimorada proposta neste trabalho, sobretudo, perante a complexidade da discussão presente e das futuras pesquisas que precisar a Ciência Política a respeito de fundamentos que determinam o Estado da Guiné-Bissau, propõe-se, seletivamente, a revisão dos teóricos que trabalharam questões à volta da temática que se pretende realçar – endógenos ou exógenos.

O trabalho está, morfologicamente, fragmentado em três partes: além da nota introdutória; a seção inicial procura ir ao encontro das abordagens que situam de modo geral o Estado moderno africano, sendo um fenômeno social emergente de uma complexa ambivalência e sincretismo organizacional, no qual está

incluso o objeto da análise política; em seguida, versa-se revitalizar as causas e principais resistências projetadas para efetivamente aflorar a soberania nacional guineense; por último, aplica-se o esforço para os desafios da reconstrução política do Estado da Guiné-Bissau vista como necessidade premente, ou seja, a instauração de novas dinâmicas sociais, estruturas políticas e uma renovação ideológica.

Todavia, far-se-á necessárias algumas indagações que vão possibilitar o evoluir do nosso objeto de análise no continente africano: o que seria o Estado moderno africano na contemporaneidade? Como se constitui esse modo de organização social? Quais problemas os Estados africanos hoje enfrentam? Tendo em consideração a importância que essas problemáticas dispõem, efetivamente, tratemos de maneira sucinta e compreensível o estado na África, após isso, entraremos no que interessa que é a construção política do Estado da Guiné-Bissau pela resistência.

## 1. Estado Moderno na África

Tendo em vista a história política da África e dos africanos, a sua evolução política, econômica e sociocultural contemporânea, a condição do Estado moderno deve ser pensada a partir de três momentos importantes: pré-colonial, colonial e pós-colonial. Os seus conhecimentos, culturas e tradições não devem ser interpretados com as perspectivas essencialistas, mas por um processo sincrético e não originalidade, embora haja certas práticas sociais que podem ser alegadas como pertencentes à África e aos africanos. Isso também não pressupõe que nenhum traço similar possa ser encontrado nas outras realidades não africanas. Deste modo, percebe-se a necessidade de ter algumas circunspeções em consideração quando se trata das formas de organizações societárias contemporâneas na África. Como Kwame Appiah (1997, p. 248) resalta as três lições notáveis sobre as identidades africanas: *“Primeiro, que as identidades são complexas e múltiplas, e brotam de uma história de respostas mutáveis às forças econômicas, políticas e culturais, quase sempre em oposição às outras identidades. Segundo, que elas florescem a despeito do que antes chamei de nosso ‘desconhecimento’ de suas origens, isto*

*é, a despeito de terem suas raízes em mitos e mentiras. E terceiro, que não há, por conseguinte, muito espaço para a razão na construção - contraste com o estudo e administração - das identidades”* (africanas).

Considerar certa dificuldade em delimitar em que consiste científica e empiricamente as sociedades africanas contemporâneas enquanto epistemologias, sistemas econômicos e políticos, as culturas, as tradições e as religiosidades depois do intercâmbio intercontinental com outras sociedades ou, nas palavras do Achile Mbembé, *“trata-se de uma história de culturas em colisão, tomadas pelo turbilhão das guerras, das invasões, das migrações, dos casamentos mistos, de religiões diversas que são apropriadas, de técnicas que são trocadas e de mercadorias que são vendidas”* (Mbembe, 2015, p. 69).

Contudo, é atribuído certa responsabilidade de definir essa problemática às ciências humanas e sociais, alguns teóricos disponibilizaram suas pesquisas e reflexões para nos auxiliar e informar sobre a complexidade desse fenômeno sociológico no continente, o Estado. Não obstante, na difusão a respeito dos fenômenos mencionados, para o Sociólogo moçambicano Elísio Macamo (n.d.), a civilização africana atual vinha, historicamente, entrecruzar-se com as outras, isto é, árabe e a europeia..., por isso, consiste numa *“dicotomia – tradicional e Outras”*. Chegou a essa conclusão, através da análise atenta do tema da música *“Djoni”* cantado por um cantor moçambicano de nome Xidimingwana.

Entretanto, o sociólogo Macamo (n.d.) pressupõe que, as sociedades africanas e as suas dinâmicas societárias de transformação precisam ser interpeladas a partir da aceção de que, o *“saber reflete criticamente sobre as nossas condições existenciais e aceita o facto de que nós somos, as nossas sociedades são, a nossa reflexão é produto da nossa relação ambígua com a modernidade”* (para, 11). Essa relação ambígua, ora contraditória que o dito *“tradicional”* estabelece com o *“moderno”* encontra uma das suas expressões mais eloquentes, de acordo com Macamo, na polissemia de *“Djoni”* de Xidimingwana que ilustra indissociabilidade dessas duas, pronto de várias realidades que estão costuradas por um passado.

O fato é clareado por Beluce Bellucci, que escreveu um artigo sobre Estado na África. Ele observa que, “*O Estado africano atual recebe influências tanto do colonialismo quanto dos reinos e impérios pré-coloniais, e baseia-se tanto nas leis do Estado de direito, como em tradições políticas ancestrais, bem como se aproxima e se afasta das religiões, constituindo-se numa instituição complexa de ser gerida e compreendida*” (Bellucci, 2010, p. 10).

À vista desta complexidade de gerência e de clareação proposta quanto a composição e a funcionalidade do Estado na África, referente a sua aderência e não nas possíveis formas de organizações existentes enquanto práticas políticas e religiosas, disponha-se, no entanto, a pensar, que são estas formas societárias africanas de se constituir para o controlo e a gestão política dos territórios orquestrados na conferência de Berlim (1884-85).

Nessa dinâmica, o surgimento do Estado, para uma abordagem integralizada, é devido à necessidade dos Homens em querer organizar e administrar as suas sociedades política e economicamente, inclusive numa relação social vertical e assimétrica, onde há aqueles que são detentores de poder legítimo ou ilegitimamente, através de instrumentos coercitivos considerados legais ora não, que o Estado ou um grupo de indivíduos utilizam para dominar e garantir a ordem social, física e ideológica. Mas também, é claro, para ser um Estado soberano são essenciais elementos como: território, poder político, povo e aceitação do congêneres. Entretanto a importância que se concede a centralização do poder passa a ser o fator para a determinação da existência de um Estado moderno (Azambuja, 2008; Weber, 2012; Bonavides, 2018).

Carlos Lopes infere ao longo dos seus estudos sobre os Estados africanos, conforme diz: “*Tínhamos visto, quando estudamos os Estados mandinga e fula, que o Estado surge quando um grupo especial de homens se começa a dedicar à administração, utilizando um aparelho coercitivo. Os novos órgãos formados a partir das estruturas étnicas fazem surgir um novo aparelho de poder, baseado numa estratificação social da sociedade, mas para isso é preciso determinar exatamente uma base territorial, com uma população enquadrada política e economicamente através da centralização do poder*” (Lopes, 1987, p.104).

A conceção da nacionalidade na África só foi possível com os esforços dos movimentos políticos emergentes de um contexto político revolucionário. Estes, pelas suas ações radicais de contestação às políticas coloniais presentes, embora, depois de ter esgotado os mecanismos legais e a paciência com a provocação dos governos coloniais, passaram a optar pelas vias violentas para se defender. E, principalmente, na Guiné dita portuguesa, depois das ondas de negociações, no dia 03 de agosto de 1959, o movimento para a libertação nacional da dominação portuguesa, liderado por Amílcar Lopes Cabral, passou a encontrar no confronto armado um dos vários caminhos a ser percorrido para a solução desejada (Lopes, 1987).

Por que o Estado contemporâneo africano aparenta ser organizações sociais que, por um lado, nem é genial a natureza da ideia de Estado Ocidental (historicamente constituídos na Europa) e, por outro, nem tão pouco parece estar voltado a realidade da África e quais os supostos resultados que isso acarretaria na sua funcionalidade hoje?

Por outras palavras, percebe-se que há certa incongruência nos modelos de Estados até então identificados como europeus no continente africano. Neste desafio, foram feitas reflexões à volta do que poderia estar na origem dessa não inclinação a nenhuma das duas formas de organizações sociais. E na tentativa de encontrar resposta para esse fenômeno, isto é, reformulando, para Ferreira (2014) existe um desacerto *a priori* na apropriação do ideal de Estado moderno a partir da sua conceção eurocêntrica e, por perder também a natureza de enquadrar nos parâmetros lineares do modelo africano, linhagem. Ela insiste que:

“*Podemos considerar que muitos dos Estados africanos falharam antes de se formarem (Anderson, 2004). Pode até questionar-se a existência de um tipo de ‘Estado africano’, já que segundo esta perspectiva, este não é nem um Estado, nem africano (Englebert, 1997). Não é ‘Estado’ porque falha em cumprir os critérios básicos do Estado weberiano e não é “africano” porque a sua estrutura formal foi criada de forma exógena através da importação de instituições. A ideia de restaurar algo que nunca existiu – através da re-construção, do re-suscitar, do re-estabelecimento de algo – parece, portanto, desadequada*” (Ferreira, 2014, p. 105).

Enquanto coloca como o fator influenciador do não existir fundamentos cristalizados sobre Estado africano hodierno, que passou a ser nem europeu – por não cumprir com algumas teses básicas que o conceito do Estado, secularmente, considerada na Europa e por desviar dos princípios locais de organizações africanas – embora historicamente similar em muitos aspectos, Ferreira encara-o como forma societária complexa de se organizar em busca de uma estrutura conceitual praticável e ajustada às realidades locais, apesar de apresentar argumentos fortes a respeito de modo organizacional – o Estado africano –, repensaria o conceito colocado pela Ferreira, de ser estrutura “falha”, por que estão a ser fragilizada por um conjunto de dispositivo e interesses anômalas. Conforme Carlos Lopes (1987), ao percorrer a sua crença explicativa, observa que há uma insistência dos líderes africanos em adaptar um modelo de organização política, social e cultural Europeu. Por estarem tão obcecados ao modelo de Estado que chegou a África através da colonização do próprio continente, não tenham percebido que o modelo de Estado europeu, sendo um sistema societário e abstrato, esconde em si os valores do continente que o viu nascer e ainda a sua efetivação tem levado séculos. Entretanto, buscar uma imitação perfeita do que está longe da sua cosmovisão política, social e cultural tem sido a fracassada estratégia para a África e os africanos, no que concerne a formação do Estado pós-colonial.

Nessa busca incessante de conceituar e problematizar a consistência do Estado moderno na África, Lopes nos deixa mais claro ainda quanto à função que esses tipos de estados africanos, sobretudo, na Guiné-Bissau, passam a desempenhar na arena geopolítica das nações através das políticas assimétricas que estabelecem com o ocidente.

*“Esse tipo de Estado que se copia tem funções bem determinadas. Uma delas é a transferência de mais-valia de certas camadas sociais para outras. Para isso existem os serviços públicos e a burocracia, assim como as “forças da ordem” que são as mãos coercitivas do Estado. As doutrinas de liberais fazem do Estado um elemento dinamizador da economia capitalista, enquanto a social-democracia defende um certo controle e coordenação no domínio econômico. Quanto aos sistemas estabelecidos nos países socialistas, estes favorecem um controle total, exercido*

*através de um partido. Esta foi o sistema que mais influencia a Guiné-Bissau, (...)”* (Lopes, 1987, p. 105).

Ainda nas inquietações do Nzongola-Ntalaja (2012) sobre o não desenvolvimento dos países africanos pós-coloniais, por outras palavras, acredita que, o subdesenvolvimento tardio que o continente em referência não consegue superar, tem a ver com a não “transformação” radical das estruturas herdadas do sistema colonial com as independências políticas, ditas econômicas e sociais, de modo a tornar “Estado e a Economia” principais proporcionadores de ambiente propício para a concretização das “aspirações” convictas do povo quanto às expectativas e anseios Pan-Africanistas. Mas, pelo contrário, os líderes africanos em detrimento do povo e dos legados dos líderes revolucionários para a recuperação da dignidade africana, tendem a fomentar a defesa dos interesses das classes dominantes, acumulação de *mais-valia* para os seus parceiros mundiais. Porque no fundo, estão interessados em tornar que nem esses governantes que, no passado, haviam torturado a sua história. Isso constitui num dos fundamentos de não evolução à direção de uma África autônoma e determinante da sua vida política, econômica e social pós-independente como almejavam os líderes revolucionários.

*“Por um lado, a falta de desenvolvimento tem a ver com o ambiente em que o próprio Estado funcionava: provavelmente mais como um obstáculo ao desenvolvimento do que um agente de transformação econômica e social. Isso aconteceu porque, em vez de ser uma série de instituições imparciais servindo o interesse geral, o Estado e os recursos sob o seu controle foram na maior parte das vezes privatizados pelos governantes e pelo seu séquito. Por outro lado, a falta de desenvolvimento é uma consequência das estratégias do desenvolvimento do Ocidente, cujo principal realização tem sido integrar cada vez mais os governantes africanos nas redes internacionais e dos privilégios, em vez de promover a democracia”* (Nzongola-Ntalaja, 2012, p. 118).

Dissertar sobre o Estado pós-colonial na África torna indispensável levar em consideração alguns pontos importantes. Um modelo de Estado que teve influência do colonialismo em diferentes níveis; um Estado que depois da luta para libertação do continente contra o poder colonial se constituiu a partir de uma visão alienada dos seus líderes de que só pode evoluir a

construção e a solidificação do desenvolvimento dos Estados africanos caso seguem o padrão do estado europeu capitalista, isto é, não caminhar com os seus próprios pés para o progresso como já disse Amílcar Cabral.

E acima de tudo, considerar que a forma de organização social africana é oposta à dos europeus, tendo em conta a cosmovisão de conceber a realidade, embora haja semelhanças quanto algumas coisas, inclusive depois da colonização ter penetrado na África, esses elementos têm sido pontos fundamentais para dizer realmente que, o Estado africano e a dificuldade que atravessa à vista do real desafio para a efetivação da ideia de um Estado democrático de direito na África. Com isso, deixa a merecer um esforço para África encontrar uma definição do modelo de organização política, social, econômica e cultural que a possibilita um dinamismo a caminho de um desenvolvimento sustentável não arranjado do continente.

Embora o rápido crescimento que se espera do continente seja insaciável, tendo em vista as demandas que cada momento da sua vida política e socioeconômica ter colocado ao longo do seu evoluir, o bom resultado só será possível com um esforço coletivo em defesa da democracia que defende prazeres, desejos e as necessidades do continente africano e dos seus estados em partes.

Trazendo em discussão a perspectiva que Kwame N’Krumah (2011) tinha defendido nas décadas de 60 quanto construção ou a existência ideal de uma “União Africana” enquanto federação dos estados que teria por finalidade uma frente coletivamente posicionada para o bem do continente e dos seus valores, em detrimento da lógica neocolonial que nos tenta dividir para governar. Contudo isso, hoje a prioridade é incompatível com a orquestração dos anos 50 e 60 do século XX, tendo em vista novas dinâmicas e transformações sociais que os Estados modernos africanos enfrentam no cerne da globalização. Portanto, nessa lógica, como atual organização continental (União Africana) pode fazer a diferença para África no presente século?

## 2. O Estado na Guiné-Bissau

O território da Guiné-Bissau faz fronteira ao sul e Leste com Guiné-Conacri, ao Norte com o Senegal e para a zona Oeste está sendo banhado pelo Oceano Atlântico. É calculada a sua extensão territorial em 36.125 km<sup>2</sup>, além disso, o país conta com a zona insular com dezenas de ilhas incluindo ilhéus, essa foi dada o nome do grupo étnico majoritário e historicamente povoado na região, isto é, Ilha dos Bijagós. A sondagem obtida pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) realizada em 2009, estimativa a população guineense em 1.548.159 mil habitantes. (Teixeira, 2015; Monteiro, 2011; Sucuma, 2012).

Com muita ponderação quanto às observações levantadas no debate acima despendido, a respeito da visão do que deveria ser uma abordagem aconselhada do Estado africano, exclusivamente, Estados modernos hodiernos que as sociedades africanas pós-coloniais preferem adotar, depois de aproximadamente cinco séculos da dominação europeia no que concerne às políticas sociais, econômicas e culturais do próprio continente, estes Estados tiveram a sua origem na tentativa de romper com a política de dominação e exploração que o colonizador imperava para o continente, por outro, a busca por caminhos turvos a recuperação e a conservação das formas tradicionais de organizações políticas vigentes na África pré-colonial. No caso da Guiné-Bissau, não difere das outras partes do continente que se constituíram como resultado da partilha de 1884-85, sob a tutela da hegemonia europeia até a partir da década de 60 (tido por marco histórico que simboliza o término de um longo processo da resistência política e militar para a libertação da África). Essa resistência, em parte, foi uma experiência partilhada na qual a Guiné-Bissau tinha que passar para conquistar a sua “soberania” nacional.

### 2.1. Estado Colonial e a Resistência Histórica

O processo de construção do Estado moderno guineense foi, historicamente, uma sequência opositora tanto cultural, política, ora econômica e social contra o domínio imperial europeia. Facto que se verificou na África Ocidental. Os povos que por respeito e

solidariedade à vida humana características inerentes a África, tiveram violados as suas confianças de hospedar, transformadas em instrumentos e, foram usadas contra si.

A usurpação coberta com o espírito de negociações e purificação das “almas profanas” procurou em mais profundos aspetos culturais secularmente instituídos regentes das relações sociais entre os africanos e espremeu dividendos estrategicamente montados para alcançar os objetivos que justificam seus sacrifícios. Julgando o tempo, foi-se entender mais abertamente em que constituiria as amizades que os europeus estavam a enfatizar no continente. Resultados bastante questionados através das revoltas contra as condutas de explorações e imposições coloniais.

No caso restrito, tiveram os portugueses o acesso ao território que hoje é dado como Guiné-Bissau, nos meados dos anos 1446, século XV, pelo navegador português Nuno Tristão. Em que primeiro contato estabelecido com os índios era de amizade e de trocas comerciais. Essas são os métodos iniciais que em Guiné permitiram a Europa se adentrar e enraizar-se no território dos “pretos”, de onde provém o nome da “Guiné”. Quando convictas se sentiram no solo guineense, por meio das relações que construíram com os nativos, exclusivamente os chefes tradicionais, ou seja, locais passaram para a fase seguinte, impondo as suas políticas de dominação e exploração. E para quebrar a cíclica relação estabelecida entre portugueses e nativos – relações que se caracterizavam de injustas, de humilhações e de submissões que têm que aceitar. Tudo isso se despertou numa incessante resistência que mais tarde se concretizou com a luta armada liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde, a conquista que durou uma década, contudo, setembro de 1973, em Madina de Boé, foi declarada e reconhecida a independência da Guiné e Cabo-Verde unilateralmente e a mundo fora.

*“Durante esse período de aproximadamente cinco séculos (1446 a 1974), os habitantes da Guiné travaram sangrentas lutas de resistências contra os colonialistas portugueses que oscilava entre as questões inerentes a submissão de pagamento de impostos, ao cultivo forçado de colheitas de exportação, trabalhos forçados,*

*serviço militar, obediência às autoridades portuguesa, etc. e até a obtenção da liberdade, soberania e independência”* (Monteiro, 2011, p. 227).

Em similitude ao resto de mundo que teve que aturar a colonização e a sua desumanização, havia pontos de referência que suscitaram resistência política e estratégias para resistir nos territórios que não ofereciam condições de exploração dos recursos naturais, ou seja, matéria-prima para as indústrias euro-centradas, eis que: por um lado, altas taxas de impostos de palhota e frequentes abusos nos procedimentos de cobranças dos mesmos e, por outro, confirma-se a imposição dos trabalhos forçados que obrigavam o poder colonial os nativos fazerem. Também, adiciona a questão de recrutamentos para serviços militar da colônia e a obediência cega – conformar e concordar com tudo que a administração colonial delineia.

Da mesma maneira, a Guiné-Bissau não conseguiu escapar dessa prática desumana de apropriação da natureza humana em prol dos benefícios e busca incessante pela mais-valia. E essas constituíram as razões das várias estratégias de resistências aplicadas pelos nativos. Vale ressaltar as cooperações assimétricas entre os dominadores e alguns chefes ou com Régulos locais, essa relação teve como a base isenção dos impostos de palhota às autoridades tradicional guineense e beneficiar dos serviços da comunidade, a questão de privilégios sociais “doados” pela proteção europeia (Monteiro, 2011).

Apesar do considerável envolvimento das autoridades tradicionais com administração portuguesa colonial, no entanto, tornaram-se reféns dos seus aliados que pensaram usar, depois destes últimos terem triunfado sobre os “rebeldes” para a consolidação no poder. De modo claro, dizia: *“Vários chefes locais se aliaram ao colonialismo e recusaram a participação nos processos de resistências por acreditarem em benefícios deste no apoio para a consolidação do poder nos seus chefiados e outros privilégios que poderiam usufruir, não obstante, assim que os portugueses colonialistas se sentiram avigorados, estes chefes se tornaram seus reféns”* (Monteiro, 2011, p. 227).

Contudo, a procura de proteção e consolidação de poder metamorfoseou a capacidade física e cognitiva de

líderes africanos na altura, contava aqueles que decidiram preservar as suas dignidades africanas em não envolvimento com as políticas de balcanização instrumentalizada pelos europeus. Como mostra PAIGC: “*Alguns chefes, menos crédulos e mais prevenidos, recusaram-se desde o início a serem auxiliares dos invasores; defendendo a sua própria autoridade contra a dos estrangeiros, eles defenderam assim a dignidade africana e obtiveram o apoio popular. Mas a inferioridade em armamento e a sua incapacidade em unirem-se condenaram essas resistências ao fracasso*” (PAIGC, 1974, p. 105).

A resistência se faz notar em todas as regiões da Guiné dita portuguesa, uma experiência em parte ilustrada por Mendy (1992), sobre oposição Bijagós, referente às estratégias e tentativas de dominação colonial nas zonas insulares do território guineense em 1917-1936, embora, ainda classificada de “tardio” e dispersa.

Com isso, queremos mostrar que a luta desencadeada pelos autóctones no território da Guiné teve a participação massiva dos grupos étnicos. A dispersão foi classificada a partir das seguintes características: moldados pelas reações individuais, isoladas e fragmentadas de todos os grupos étnicos que ora gravitava entre a revolta aberta e a resistência passiva. Neste sentido, é vista na maioria dos casos, como o fundamento que justifica os fracassos tidos no decorrer das revoltas contra a imposição colonial com vista a proporcionar a justiça social.

## 2.2. O Novo Panorama Político

Argumenta-se que a luta para a independência nacional do território político que é hoje a Guiné-Bissau tenha sido influenciada por diversos aspetos que se propõe muito rapidamente tratar. Mas antes, é indispensável pensar em questionamentos básicos que vão orientar a nossa explicação deste facto social que na Guiné, bem como, nas outras regiões da África foi evidenciado. Por que diferentes classes sociais se revoltaram na busca escrupulosa da justiça social na Guiné-Bissau? Como foi possível a concretização desse projeto político? Era a única forma ou se havia outras que foram travadas para o nascer do Estado? E quem são motores e como o Estado da Guiné-Bissau

auto conquistou a sua “liberdade política e económica”?

Como recorda Amílcar Cabral: “*Claro que a luta dum povo é sua, de fato, se a razão dessa luta foi baseada nas aspirações, nos sonhos, nos desejos de justiça, de progresso do próprio povo, e não nas aspirações, sonhos ou ambições de meia dúzia de pessoas, ou de um grupo de pessoas que tem alguma contradição com os próprios interesses do seu povo*” (Cabral, 1974, p. 89).

E sem perder de vista alguns pontos cruciais que estão no cerne deste processo, insistia Lopes (1987) em descrever de maneira aberta os pontos que de imediato mobilizaram a consciência nacionalista dos jovens intelectuais que, com o desenrolar da história, buscaram materializar suas coragens e ambições de verem florescer o futuro de um continente independente político, social e economicamente dos invasores imperialistas.

Para uma descrição prévia do que foi o Estado colonial na Guiné dita portuguesa, inclusive na segunda metade de século XX, como fundamentos provocadores de uma revolta que perdurou uma década e que culminou com a erradicação da força imposta através do colonialismo no território que é, atualmente, a Guiné-Bissau. Não se pode abdicar, ou seja, não mencionar a importância do recenseamento feito pela administração colonial em 1950, pois, os dados que o processo oferece ajudam a compreender real situação do povo guineense nas últimas duas décadas do país sob o império português.

Nesta perspectiva, para uma explicação atenta dada por Lopes adverte sobre os pontos que suscitaram divergências entre as partes envolvidas tendo como resultados as resistências políticas, quanto social dos autóctones inconformados com as características de então que a Guiné apresentava. Entretanto, mais tarde transbordou-se para uma guerra de libertação nacional dirigida pelo PAIGC. Essas informações processadas pela administração colonial afirmam que, no território da Guiné dita portuguesa havia cerca de 550 mil habitantes, 8.320 pessoas foram consideradas de civilizados a partir de um estatuto elaborado – Estatuto de Indigenato – na perspectiva eurocêntrica para definir

ou medir a civilidade dos povos que compõem a “província ultramarina” guineense (Lopes, 1987).

Ainda mostra que a estimativa de “civilizados” se subdividia racialmente em parcelas, na qual 2.263 são os brancos europeus, 4.568 os mestiços e, por fim, temos 1.478 os negros. Estes últimos compõem o 0,3% da população negra que havia na província ultramarina. Cabe perguntarmos a história, com que base se definiu a “civilização” de que se fala a lei colonial no seu “art. 2.º, do decreto 16.473, de 6 fevereiro de 1929”, que Cabral, de acordo com Lopes, advertia e ridicularizava quanto a sua aplicação rigorosa em Portugal. Neste sentido, o resto da população que não está nos moldes que mede racialmente o nível de civilidade foi considerado indígena. Então esse nível de discriminação social entra como um dos motivos de descontentamento por parte da população indígena e a classe intelectual na altura (Lopes, 1987).

A negação dos direitos políticos aos africanos, ou seja, à população negra da província ultramarina da Guiné constituiu-se, também, num dos fundamentos que têm influenciado muito nas emergências e solidificação das revoltas contra o poder colonial, observando que, os que tentavam transgredir as orientações estatutárias estabelecidas sofriam graves consequências. Isso pode ser comprovada nas observações de Lopes (1987), quanto a questão da “Liga guineense que funcionava em Bissau”, porém, desmantelada acusada de ser “nociva” aos interesses coloniais.

Também, a composição do “Conselho de Governo Local”, um órgão indigitado por Governador, que se pode considerar “branca”. Por ser formado majoritariamente por brancos e se haver negros, além de compreender uma quantia insignificante, muitas das vezes, são representantes sem influências para defender as lógicas que contrariam as condutas coloniais, por vezes forçados a legitimá-los. Essas figuras passam a assumir a postura que nem fantoches da política colonial. Além disso, temos a questão de implementação das políticas públicas, poucas infraestruturas e a inexistência de investimentos industriais, como ilustra Carlos Lopes: “*Nessa altura a capital nem sequer possuía um porto, dispondo apenas de dois embarcadouros (um dos quais fluvial) e tendo o privilégio de usufruir de o único hospital*

*do território. O ensino, confiado às ‘missões evangelizadoras’ da igreja católica, era caracterizado pelos seus 1979 alunos repartidos por 55 escolas, das quais 45 eram ‘rudimentares’. Em 1953, as estradas alcatroadas totalizavam 10 km. Quanto às unidades industriais não existiam, excetuando duas unidades de corte da madeira’* (Lopes, 1987, p. 42).

Entretanto, esses fatores nos desafiam a pensar a conjuntura e a sobrevivência do povo local e fazer um paralelo com que o líder da independência nacional afirma no seu livro “Unidade e Luta”. Quando mostra claramente a ideia de uma frente nacionalista com a base social que envolve todos que não se realizavam com as implicações que o governo ultramarino impunha com o intuito de controlar o território da Guiné. Ao mesmo tempo em que conduzia à emancipação física e ideologicamente através do PAIGC para a concretização da liberdade tardia da Guiné e Cabo-Verde. Demonstrava Amílcar Cabral que a realização do sonho por que davam as suas juventudes, não deve somente ser vista a partir de esforços elitistas, intelectuais e étnicas, embora, em partes, tiveram contribuições consideráveis para a efetivação do desejo de um Estado livre da implicação colonial, todavia, a coletânea de todos os esforços é que deram eficácia a essa conquista. Nesse sentido, deixa resquícios das razões que justificam, por que era necessário fazer a frente. Isto é, a busca constante da justiça e progresso de Estado guineense.

Perante a conjuntura política e a precariedade social do “Império Luso”, torna-se indispensável destacar a importância que os intelectuais têm para a libertação dos Estados colonizados por Portugal, embora possa haver outras personalidades ou grupos que, também, deram grandes contribuições de maneiras diversificadas para banir a colonização.

Os precursores das manifestações desenvolvidas contra as políticas coloniais nos Impérios Lusos, como tem observado Carlos Lopes, são “intelectuais assimilados” que na sua totalidade, uns tiveram o privilégio adicional e científica de se formar nas universidades Portuguesas, dentre tais, são: Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, Mário de Andrade, Amílcar Cabral e Vasco Cabral, etc. Todavia, esse grupo de jovens que tiveram o ensejo de aprofundar mais os estudos no

estrangeiro, “*desde muito cedo se envolvem em atividades das organizações democráticas e antifascistas, como o MUD Juvenil, Movimento da Paz, ou o Partido Comunista Português*” (Lopes, 1987, p. 43).

Ainda acrescenta que tiveram grandes “influências sociais”, que serviram de proporcionador de resultados importantes e ímpares quanto aos processos de resistências desenvolvidas pelos seus antecessores no que concerne às frentes e revoltas em defesa de si contra a campanha de pacificação. Esse fenômeno tem muito a ver com o facto de “estarem apenas separados uma geração”. Esta oportunidade tornou-se um marco importante para o “processo revolucionário” no território guineense.

Para Lopes, independentemente disso, sentiram por outro lado a “necessidade de reafirmar” a sua “africanidade” devido dois importantes acontecimentos, isto é, a promulgação do Código de Trabalho Indígena e a convenção que se chegaram Portugal e a África do Sul. Entretanto, com o impulso dado por N’Krumah (2011) sendo uma chamada de atenção para a solidariedade dos movimentos de libertação e a unificação da África com vista a desencadear uma única frente contra anomalias imperialistas de neocolonização europeia para o continente despertou nos intelectuais o que se define como o momento em que o sentimento nacionalista, essencialmente de africanidade, começou a ressaltar. Tendo como resultado a criação do “Centro de Estudos Africanos” por jovens intelectuais em Lisboa 1951, entretanto, dedicavam mais em pesquisa, especificamente, no que diz respeito aos estudos das identidades africanas. Esses fatores foram muito importantes, uma vez que permitiram o início de muitas revoltas políticas que, com o transbordar da situação foram recrudescendo para uma luta armada como alternativa.

Nestas condições ilustradas, em que figura os vexames da administração colonial na África Lusa, torna indispensável resgatar a importância de uma organização política criada para dirigir uma resistência política e cultural que, mais tarde, por razões concretas decidiu adotar outros mecanismos para a libertação dos povos da Guiné e Cabo-Verde das implicações colonialistas.

Como tem prevalecida a história, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) teve a sua criação no dia 19 de setembro de 1956 pelos “assimilados”, entre os quais, faz parte o líder Amílcar Cabral (que após o regresso dos estudos no estrangeiro teve a oportunidade de desenvolver um estudo minucioso da realidade social da Guiné Portuguesa) com outros cinco companheiros inconformados com a situação em que a província ultramarina da colônia portuguesa – a Guiné e Cabo-Verde – se encontravam.

No entanto, generalizar a condição política, social e econômica dessas duas colônias como similares colocaremos à frente de possíveis equívocos, tendo em consideração a dinâmica social, política e econômica como traços incomuns que têm sido registrados nas duas colônias no decorrer do processo colonial. Mas enfim, isso não constitui o nosso objetivo neste ensaio. No entanto, a criação do PAIGC na qualidade de uma organização política determinada em resgatar a dignidade humana ao povo negada, marca o início da esperança renovada. Portanto, como podemos perceber na observação: “*Não se trata de um acontecimento vulgar, de mais um facto de acrescentar à longa lista de realidades que traduzem a heroica e tenaz resistência do povo guineense e cabo-verdiano à presença portuguesa e a dominação e exploração colonial, com todo o teu cortejo de abusos, arbitrariedades, brutalidades e crimes. Mas sim de um acontecimento decisivo na vida e na história do povo da Guiné e Cabo-Verde que, assim, encontrava o instrumento fundamental capaz de o libertar do jugo estrangeiro e retomar o curso da sua história, interrompido pela conquista e dominação colonial português*” (PAIGC, 1974, p. 140).

Todavia, os esforços despendidos pelo PAIGC tiveram como resultado a independência dos Estados que hoje se conhecem como a Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

As duas nações históricas e culturalmente ligadas pela colonização portuguesa decidiram se unir para a erradicação da desumanização que se impunha sobre seus povos. Todavia, ocultar, ou seja, desconsiderar as suas contendas seculares promovidas pela administração colonial portuguesa, significaria subjugar a história para o esquecimento. Entretanto, essa organização

política sediada no povo e para o povo, inquietando uma resistência emancipatória e, por conseguinte, a experimentação de uma nova experiência política e social.

Depois de vários processos de negociações políticas, porém, pacíficas com resultados não satisfatórios perante o poder colonial e, conseqüentemente, as mobilizações feitas pelo PAIGC, que buscou para uma conscientização *a priori* das cidades, seguida de grandes centros urbanos com o propósito de alargar os núcleos e solidificar o terreno. Que podemos ver como uma das estratégias que, Cabral incessantemente usava para a construção da Unidade e Luta. Astúcia utilizada permitiu com que a população que, na sua maioria camponesa, “*trabalhadores de porto (estivadores) assalariados, contratados e funcionários?*” aderiram as novas ideias políticas de emancipação do colonialismo. Esse quadro foi ampliado pelo Lopes (1987, p. 45), incluía “*marinheiros, pequenos artífices e a franja do lumpen-proletariado*” como partes da “pequena burguesia” que até se confundia com a principal base de apoio do PAIGC. Para que possam familiarizar com o projeto que o PAIGC tem nas mangas cujas implicações pressupõem a construção de uma nação de diferente correlação àquela experimentada durante a dominação portuguesa.

*“Todas as tentativas feitas pelo P.A.I.G.C. para um diálogo construtivo com o governo colonial português fracassaram. Depois da repressão colonial à acção dos nacionalistas angolanos em 4 de Fevereiro de 1961, o P.A.I.G.C. decide-se a elevar o nível da luta, passando-a a uma fase nova. É assim que, a partir de 3 de Agosto de 1961, se passa na Guiné a acção directa (sabotagens, cortes de vias de comunicação, destruição das instalações). Tal facto marca a passagem da fase da luta política à da insurreição nacional, à acção directa contra as forças colonialistas”* (PAIGC, 1974, p. 149).

Essa tragédia não serviu simplesmente da tomada de consciência, suscitando ou interpretando de mediato uma necessidade de partir para a luta armada, porém, o assassinato de aproximadamente 50 marinheiros e mais de 100 feridos que reivindicavam a melhoria de vida e condições de trabalho pelos policiais por meio de uma repressão violenta (Lopes, 1987).

O 3 de agosto de 1961 tornou-se “o concreto” para uma reflexão e acionamento de mecanismos necessários que depois de dois anos da ocorrência poder estar na altura de defender a liberdade por meio da luta armada cujo resultado obteve-se com a proclamação de Estado solene e soberano pela unilateralidade a independência política da Guiné-Bissau. Conjugada um ano após da queda do governo fascista pertencente ao regime Salazarista em Portugal, 25 de abril de 1974.

*“[...] a resistência cultural ‘é uma resistência prolongada e variada, possível de apenas porque, mantendo a sua cultura e identidade, as massas conservam intacto o sentido da sua dignidade individual e coletiva, apesar dos sofrimentos, humilhações e brutalidades a que são muitas das vezes sujeitas”* (Cabral, p. 45 citado em Lopes, 1987, p. 77).

Para a materialização das estratégias com vista a proporcionar um ambiente adequado para o desenrolar do processo histórico da libertação nacional do jugo colonial, percebe Amílcar Cabral a importância de uma preservação da cultura e identidade, porque estas constituem ferramentas simbólicas, ora políticas muito importantes para a efetivação dos objetivos dos ambos os lados em disputa. De modo que, tem sido um fenômeno que ao longo do processo da resistência, persistentemente, buscou o PAIGC conservar.

Porém, ciente o Partido que a coesão social – um conceito na sociologia que remete a noção da “existência de um sistema "solidário" cada vez mais denso à medida que a densidade material aumenta e com isso ampliam-se as relações entre os homens, isto é, a densidade moral”, segundo Mourão (S/ano, p. 62), – através da cultura e identidade poderia ser possível perfazer o triunfo sobre aspirações invasivas do poder fascista e colonialista. Embora haja aqueles que se alistaram à ideologia e ao exército português, por motivos ora justificados e ora não, ficando assim do lado dos colonizadores a lutar contra o seu povo e o país que os viram nascer.

### 3. Desafios da (Re)construção do Estado da Guiné-Bissau

Perante os vexames que o país projeta após à luta armada que materializou a sua liberdade política, social e “econômica”, sincronicamente, da África promovida pelos revolucionários, dentre os quais: Amílcar Cabral, Kwame N’Krumah e Patrício Lumumba, estes e mais companheiros defensores do Pan-Africanismo consentiram que havia necessidade de mudar a política, ou seja, o sistema em que a África, especificamente, a Guiné-Bissau tem vivido por muitos séculos da colonização.

Mas com a descolonização do continente, é muito incerta a transformação política, social e econômica dos estados africanos pós-coloniais como se pensavam os pioneiros da liberdade africana. Como bem percebe na sua prima obra *Os condenados da Terra*, Frantz Fanon observa o seguinte: “*A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduz no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade, criação de homens novos*” (Fanon, 1968, p. 26).

Percebe-se que há uma transformação inédita dos próprios revolucionários e dos que depois tiveram que assumir o poder do Estado. O facto descodificado ainda de modo mais célebre por Kwame Anthony Appiah (1997, p. 228) quando afirma que, “[...], *NKrumah tinha grandes ambições para esse Estado; e elas foram moldadas em parte, pela experiência específica de Gana com o colonialismo*”.

A transformação de que se trata, diz respeito aos comportamentos políticos autoritários, ora não – dos líderes pós-colonial da África – isso se seguirmos o raciocínio de Frantz Fanon quando fala da “criação de homens novos” com a descolonização.

Entretanto, permanece em aberta as interpretações cabíveis a cada caso em específico dos líderes políticos africanos, que em vez de promoverem uma democracia estatal cívica, esclarecedora ou participativa e

libertadora retomaram as práticas que num passado próximo lutaram para a sua destituição. Isso nos condiciona a começar a pensar a desestruturação e o abandono das ideias dos precursores da reconstrução da África. Porém mostrado com mais clareza a partir dos métodos que Nzongola-Ntalaja (2012) oferece, quando afirma que, para problematizar criticamente a desarticulação dos estados africanos pós-coloniais, porém contemporâneos com o intuito de incentivar a sua reconstrução política e econômica, pressupõe enxergar pelas expectativas que os cidadãos comuns destes estados africanos tinham com a descolonização.

Expectativas estas, como refere Cabral (1974), a principal razão porque insistir no projeto libertário que consiste, sobretudo em criar condições para o futuro do continente, em que haverá *liberdade, fraternidade e igualdade*, com o foco em preparar uma juventude sã e a partir de condições que serão proporcionadas para que as crianças possam ter uma infância saudável e um futuro saudável do continente. No entanto, quando estas não constituem os propósitos que devem constar no centro dos interesses que mobilizam a África para uma autonomia, ou seja, a Guiné-Bissau a se defender e desenvolver passarão a ser palavras e conceitos “ocós”.

Nesta lógica de perspetivar a construção política dos estados africanos, nota-se que, a crise de governança em África, após à independência, constitui uma das preocupações para a efetivação de um Estado de direito democrático que para Norberto Bobbio (2013), no livro *Liberalismo e Democracia*, entende-se como: “*Estado de direito*[...], *geralmente, um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo direitos do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder*” (Bobbio, 2013, p. 18).

Nesse sentido, aplicabilidade desse conceito de Estado está longe de tornar uma realidade na África, embora, a semelhança de muitas constituições do mundo, nota-se pontos que defendem o respeito pelas leis magnas e a dignidade humana como necessários para uma sociabilidade que convém, sobretudo em Guiné-Bissau, produzindo como resultado a contínua

instabilidade governativa no país e sucessões políticas por mecanismos não democráticos, ora, embasados com muita frequência nas Casernas militares – por golpes de Estado – que no entendimento de Bianchi (2016), muitas das vezes, tende-se a colocar em incertezas as funcionalidades das instituições criadas para dinamizar as práticas do Estado, com vista a cumprir as necessidades básicas da Sociedade Civil.

Na Guiné-Bissau, virou uma tradição, ou seja, um modo patológico, porém, transformado normal para conquistar e monopolizar a legitimidade do poder político.

Por este ângulo, ainda reforçado por Arnaldo Sucuma (2012), a respeito da institucionalização, propôs que se defina: “*Assim, [...] por instituição um órgão social e político com delimitação de funções e regras de funcionamento utilizadas pela sociedade como um método regulador para satisfazer suas necessidades. Considera-se a prática institucional como o conjunto de diversas ações técnicas ou não que permitem o funcionamento da instituição*” (Sucuma, 2012, p. 132).

Com essa cumplicidade sobre o conceito da instituição e suas práticas políticas e democráticas, pode-se perceber que ao longo da sua história, a Guiné-Bissau não tem tido a oportunidade de instituir a ideia da normalidade institucional. Este configura como um conjunto de instituições que se relacionam com base em normalidade e, que estão dotadas de capacidade política e jurídica que visa garantir a segurança pública, converter os esforços para a radicalização da pobreza e promoção da justiça social, concessão de direitos à educação e saúde de qualidade à população como forma de potencializar o país e capitalizar recursos humanos aptos para suposto desafio de um novo projeto da Nação. Pelo contrário, as instituições públicas e funções representativas servem de “camisas de força”, muitas das vezes, utilizadas para exercer coerção física e simbólica contra aqueles que não se conseguem defender, o povo.

Para a superação da visão administrativa patrimonial enraizada nas instituições de Estado e em outros âmbitos organizacional da sociedade guineense é fundamental que haja criação de políticas públicas e espaços de participação como condições necessárias para a

reestruturação da economia do país que, ao longo de todo o processo da sua construção parece tão dependente da política externa. Ou seja, a hostilidade incessante aos “projetos” nepotistas e corruptas, – crime contra administração pública –, e a implementação da reforma das leis constitucionais para, efetivamente, clarear mais as competências e atuações dos políticos e quadro técnico burocrático no sistema político guineense e das mais leis fundamentais constituem os pontos chave para uma relação institucional próspera.

Tudo isso se resumiria em promover uma Guiné-Bissau autônoma com certa capacidade de articular e implementar projetos –, políticas públicas, – que promovesse a democracia e pluralismo político não elitista no seio de Poder burocrático, tido como indispensável para o desenvolvimento endógeno, como nos concede:

“Com efeito, não é possível introduzir uma estratégia de desenvolvimento para o comum das pessoas sem a sua própria participação num projeto concebido para beneficiá-las. De fato, uma estratégia de desenvolvimento bem-sucedida exige uma rutura radical com o passado, isto é, com o caráter autoritário e predatório do Estado colonial, e a promoção de valores participativos e igualitários. Essa estratégia implica a prática da democracia” (Nzongola-Ntalaja, 2012, p. 124).

Nestas condições, no que concerne à promoção do desenvolvimento sustentável do país, torna-se pertinente não deixar indiscutíveis as teorias sobre a construção das experiências que o Walter Benjamin coloca nos seus diálogos com o concreto a partir de reflexões filosóficas.

Ele, de modo claro e insistente em mostrar que não se constrói novas experiências a partir das tradições enraizadas, sob pena de mergulhar a si mesma nos desastros que no passado haviam sido cometidos. Entretanto, busca-se seguir por caminho contrário. Neste sentido, quanto à experiência que a África, em particular, a Guiné-Bissau está a percorrer da sua liberdade política até então, vê-se que a rutura radical com o sistema administrativo colonial, no passado consolidado, poderia ser um dos mecanismos indispensáveis para o fim desejável ao país. Embora far-se-á necessário

levantar através das inquietações lógicas, como isso poderá ser materializada, uma vez que o nível de degradação da dependência externa do país – insinuado pelos governantes pós-coloniais – atinge o seu auge.

De igual modo, nas suas observações a respeito da não continuidade de experimento testado nas zonas libertadas pelo PAIGC, através do seu líder, frente a nacionalização que, por outras palavras chamou de “tarefa de nacionalizar” as estruturas criadas durante a luta de libertação nacional.

Para Mendy (1993), observa que todo o desejo e planos elaborados durante o processo de luta de libertação nacional para a destruição da economia, das influências negativas no processo de aculturação guineense a partir de um encontro com os valores do colonizador e, entre todos os males que o colonialismo instituiu na Guiné, para efetivamente restaurar um sistema político e democrático endógeno – sincrético – que respeite as condições africanas de ser, foram abandonados pelos “legítimos herdeiros do trono”.

*“Com a chegada da independência, a tarefa de nacionalizar as novas estruturas durante a guerra tornara-se aparentemente a grande preocupação do novo governo do PAIGC. Ao mesmo tempo, com a chegada dos libertadores à capital e a tomada do poder estatal, particularmente a adoção, quase por extenso da burocracia do Estado-colonial, o controle efetivo sobretudo da população dos centros urbanos, que tinham sido mantidos pelos portugueses durante a guerra aparentemente se tornou uma grande preocupação”* (Mendy, 1993, p. 13).

Tudo isso ilustra a direção que a dinâmica da construção do Estado moderno guineense independente tem percorrido. A vontade de transformar-se e ser transformado pelo poder inverteu a lógica de governança colonial para uma mais democrática em experimento nas zonas libertadas, cuja base assenta na horizontalidade, em que era levada em consideração a unidade nacional, as implicações identitárias, ou seja, a inserção das autoridades locais nas esferas de tomadas de decisões e implementação das políticas públicas – dignificando assim o povo.

A reconstrução política do Estado da Guiné-Bissau compreende uma gama de particularidades local, étnica e cultural que não devem ser tomadas literal e

resumidamente pressupondo somente o processo político partidário, mas tanto a Sociedade Civil quanto política Guineense, contudo a sua compreensão de Estado está muito atrelada ora ao processo libertário, o envolvimento dos militares nos processos democráticos, ora à elite política do país. Aliás, são partes de um todo, com responsabilidades especiais para ambientação de condições que vão proporcionar o desejável desenvolvimento.

Neste sentido, diante de muitas dificuldades que o país enfrenta quanto a melhoria de condições de vida dos cidadãos, especificamente, os mais necessitados, torna-se indispensável recuperar as inquietações levantadas pelo Johannes Augel (1996), quando discute a repartição equitativa das riquezas na Guiné-Bissau, a partir de um célebre questionamento que levanta: para quem serve o Estado?

Na sua excelente contribuição de 1993, dada no encontro com pesquisadores do INEP. Mostrou por um lado que, o Estado não elabora as políticas públicas pelas necessidades que a população, em geral, tem. Porém, por outro, a ideia de que quem tem mais poder simbólico ou econômico passa a constituir parte do ciclo vicioso dos devoradores de recursos financeiros de Estado, isso ficou patente quando afirma a partir de um estudo feito em Portugal, ou então, um bem imaterial necessário do qual uma pessoa tem que dispor para poder “consumir”, essa afirmação, além de ser uma advertência sobre a elitização da sociedade pela educação e projeção da extrema desigualdade social, portanto, compreende fundamentalmente como mecanismo importante para compor a “mesa farta”.

Não se sossegou, ainda foi mais longe atentamente observar que, *“De modo geral, o cidadão e a cidadã podem participar tanto mais intensamente dos gastos públicos quanto mais bens privados ele ou ela pode pôr à disposição como contrapartida”* (Augel, 1996, p. 116).

Inequivocamente, retoma-se a indagação que tinha feito quanto a essência do Estado, no caso da Guiné-Bissau, afinal, para quem serve o Estado que todos trabalharam duramente para sua liberdade e sustentabilidade econômica?

Entretanto, considerando em partes as graves situações que as instituições do país e o resto da população enfrentam hodiernamente, ressalta-se a necessidade transigente que Teixeira (2015), propõe na obra *Cabo-Verde e Guiné-Bissau: As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado*, um estudo minucioso e atento referente à participação dos movimentos sociais na Guiné e Cabo-Verde, no que concerne à construção democrática nesses dois países da língua oficial portuguesa. Na mesma obra, depois de uma longa discussão sobre a percepção do Estado na Guiné-Bissau, embora está marcada pela “presença da elite militar e do partido mais forte” diferente de Cabo-Verde, a partir de diversos pontos de vistas, seja eles, dos políticos e dos movimentos sociais atrelados à sociedade civil guineense.

Percebe-se a partir de duas perspectivas difusas que, há uma necessidade de reconstrução do Estado, isto é, por um lado, perante os fenômenos de natureza da corrupção, nepotismo, abuso de autoridade, apropriação dos bens públicos e ausência de uma governança saudável, os dirigentes e intelectuais apelam pela defesa da “*renovação do Estado e a construção de um novo projeto da nação*”, porém por outro lado, sob o mesmo assunto, a Sociedade Civil pensa o resgate do Estado a partir da “*construção de novos espaços e a redução das desigualdades sociais, impedindo o aumento da pobreza*” (Teixeira, 2015, p. 294).

Diante de uma responsabilidade com o desenvolvimento econômico dos países africanos, sobretudo perante a dinâmica que a globalização impõe por moldes dos regimes liberais aos países em desenvolvimento do então aliados ao socialismo, principalmente, Estados africanos – tendo início nos finais da década 80, alcançando a sua magnitude em 90. Um processo, pelo qual, os países em desenvolvimento – com a queda do regime econômico socialista – tornavam-se muito difícil se sustentar às despesas do Estado. Nesta ocasião, buscaram apoios junto aos organismos internacionais liberais que, condicionaram-nos a se “democratizar” as suas estruturas econômicas estatais as exigências das instituições financeiras de referência mundial, isto é, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, “*reajuste estrutural*” (Cardoso, 1996).

Processo que impulsionou, na Guiné-Bissau, o implantar da democracia e multipartidarismo no decénio de 90. Porque, com a libertação e retorno à Portugal, – os militares e cidadãos portugueses –, o país emerge dum sistema político não democrático, e muito menos pluralista motivo, pelo qual, fomos por mais de uma década governados por um Partido-Estado.

Entretanto, na sua humilde contribuição quanto ao quadro de relações internacionais e cooperações técnicas da África, fundamentalmente, dos países “em desenvolvimento” com supostos congêneres e parceiros, conforme Carlos Lopes (2005), ao analisar os principais conceitos, como: relação econômica, assimetria, apropriação – a partir das cooperações técnicas que os países industrializados da Europa e dos Estados- Unidos estabelecem com os países em desenvolvimento –, muitas das vezes, pelo modo que todo o processo condescendente desenrola, não conseguem dinamizar investimentos que, de certa forma, permitiriam estes países se emanciparem economicamente, muito pelo contrário, coloca-os cada vez mais na dependência rotineira com países ditos doadores. Para tanto, Lopes (2005) salienta que: “*As estratégias de desenvolvimento, cujo objetivo é promover uma transformação social em termos de expansão das liberdades humanas, auxiliam na identificação das barreiras, assim como dos potenciais catalisadores de mudança, além de oferecer maior apropriação e liderança locais no que se refere a esse processo. Mais ainda, há maior aceitação de reformas e maior participação no processo de transformação, se houver um senso de equidade e justiça no processo de desenvolvimento. A participação se traduz ainda em maior noção de apropriação especialmente quando se faz um esforço para a formação de consenso*” (Lopes, 2005, p. 137).

Para uma análise proactiva do desenvolvimento dos países africanos em processo de desenvolvimento, principalmente, no caso concreto – a Guiné-Bissau – por uma via de apropriação, de expansão da liberdade humana, auxílio e acompanhamento dos processos e a preparação dos líderes locais para uma governança prática que, muitas das vezes, pressupõe o respeito pelo modo de vida que cada povo adotou ao longo do seu percurso histórico. Essa acarreta uma estratégia política que se for adotado poderá surtir efeitos significativos para desenvolvimento da Guiné-Bissau.

## Considerações Finais

A experiência africana contemporânea, por estar atrelada à colonização e ao processo da descolonização – cujo, principal objetivo era brotar de um sistema moderno de solidariedade endógena africana – abriu, no entanto, as possibilidades políticas, outrora não mitigadas, para a (re)construção da África. Embora a liberdade política conquistada ter-se constituído, do ponto de vista africano, algo intrinsecamente elogiável, mas essa tomada do poder político não era suficiente para criar ruturas com as estruturas que a colonização, através das representações estratégicas enraizadas, estava a desenvolver nos países africanos.

Esmiuçadamente, conforme Kwame Appiah (1997), quando discutia no capítulo oitavo, isto é, *Estados Alterados*, da sua obra *Na Casa do Meu Pai: A África na filosofia da cultura*, dispunha a refletir sobre as duas razões que poderiam fazer com que a África superasse as contendas sociopolíticas, económicas e pressupostas dependências – herança colonial – perante as condescendências que a globalização impõe, é claro, estavam em que, “*Uma das razões disso, (...) planejar e dirigir uma economia exige não apenas vontade, mas conhecimento. O planeamento económico na África subsaariana teve que se apoiar em modestíssimas bases estatísticas. Uma segunda razão crucial foram exatamente as lealdades etno-regionais*” (Appiah, 1997: p. 230).

Inferir que, as instituições de pesquisa em África, apesar de evidentes limitações concernente às possibilidades de potencializar dados estatísticos, consequentemente, a utilização de estudos feitos por parte de governos para fazer florescer o bem-estar das populações africanas, infelizmente originadas por escasso investimento que disponham (instituições de pesquisas) de autoridades regentes africanas para efetivamente processar suas hipóteses, ainda têm uma responsabilidade tremenda nesse processo. Uma vez que, não se pode superar algo que apresenta variáveis incertas ou que, nem se consegue aprimorar. Sendo assim, o conhecimento estatístico dos factos sociais através de levantamentos e processamento das problemáticas – necessidade do desenvolvimento que reflete as condições sociais e humanas das populações do continente – que a África, particularmente, a Guiné-Bissau trilha

até então, vista na conceção do Appiah (1997), portanto conjugada à do camaronês, Célestin Monga (2010, pp. 24-26), na sua obra *Nihilismo e Negritude*, inclusive, conforme este último, os problemas da África subsaariana contemporânea devem ser problematizados além das “patologias” (pontos de referências teóricas e metodológicas) que os correntes “estruturalista” e “culturalista” consideram com condescendência.

Em outras palavras, há uma considerável preocupação com o desenvolvimento de estudos científicos em quase todas as áreas de saber na Guiné-Bissau. Nesta lógica, são fundamentais o que advertiu Kwame Anthony Appiah, sobre o “planeamento económico” (na perspetiva citada anteriormente). Na África, embora diz respeito a um estudo feito e apresentado até década de 1990, a sua aplicação faz-se presente em alguns Estados africanos, ou seja, o governo da Guiné-Bissau precisa apropriar desses pressupostos, contextualizá-los para reformular suas prioridades de governação, com o intuito de injetar em prol dos novos olhares de mudanças estruturais a partir de reformas institucionais cuja motivação é mobilizar capacidades para a criação de políticas públicas que terão como fundamento último a transformação do país.

Sobretudo, desenvolver capacidades necessárias no processo de governação que incluísse os outros atores políticos e sociais presentes no território nacional, porque, no final das contas, estes têm propósitos que se forem materializados de modo cooperativo deixarão “frutos bons para próximas gerações”.

Contextualizar as lealdades etno-regionais requerem, na aceção do autor, considerar a natureza de formação do Estado moderno guineense, respeito pelas fronteiras simbólicas existentes e étnicas, assim como, valorização de agentes da sociedade civil, por parte do Estado, pelas suas ações na sociedade para a consolidação da democracia. No quadro regional, dizer que a revisão dos acordos regionais de modo a pensar as especificidades dos povos locais e, como isso poderia resultar nas políticas para o usufruto do continente frente às demandas que a globalização e a modernidade estão a insinuar.

Portanto, frisar sobre os desafios internos e externos lançados para o jovem Estado com a sua independência política em 1973/74, no que concerne aos aspetos e interesses em desenvolver capacidades do país, com governança generosa, versa a conciliação das estruturas democráticas para desenvolvimento que corresponderia à realidade social e local. Também, torna-se indispensável a conscientização ou a promoção de espaços de interação e desmistificação do processo político e a sua relevância, pelo qual, a Guiné-Bissau foi reconhecida pela resistência como um Estado-nação soberano.

Tudo isso não é irrealizável. A busca por uma África com o compromisso em desenvolver tanto interna quanto externamente às suas capacidades humanas de se reinventar acompanhando, por conseguinte, as dinâmicas contemporâneas tornam os pressupostos cientificamente sublinhados por Lopes (2005) revisitável, quando ressaltava que, a estratégia para o desenvolvimento de um país ou do continente como um todo, pressupõe – a apropriação e a expansão da liberdade humana.

O que se faria também necessário enfatizar é o seguinte – pensar em ampliar o debate que construiria uma base sólida para alargar democraticamente essa restrita teia das relações entre indivíduos e nações, repensar planos para distribuição de bens e serviços equitativamente com vista a alcançar um desenvolvimento desejável para a África, que reconhecer que – também, é um processo histórico. No caso específico da Guiné-Bissau, o sucesso pode surtir esmiuçando de modo estatístico principais problemas sociais e reconhecer que uma análise terapêutica do passado, seus fundamentos políticos e revolucionários correntes podem ser um caminho a fazer.

## Referências bibliográficas

- Appiah, K. A. (1997). *Na casa do Meu Pai: A África na filosofia da cultura*. Tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto
- Augel, J. (1996). Para que Serve o Estado? In: Augel, J. & Cardoso, C. *Transição Democrática na Guiné-Bissau e Outros Ensaios* (Vol. 10) (pp. 105-120). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP: Bissau
- Azambuja, D. (2008). *Teoria Geral do Estado*. 4.ed. (pp. 17-53). São Paulo: Globo
- Bellucci, B. (2010). O Estado Na África. *Revista Tempo do Mundo, rtm*, 2(3 | dez)
- Bianchi, A. (26 de março de 2016). O que é um golpe de estado? [Blog] Recuperado de <http://blogju-nho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>
- Bonavides, P. (2018). *Ciência Política*. 25. ed. São Paulo: Malheiros
- Bobbio, N. (2013). *Liberalismo e democracia* (pp. 17-30). Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense
- Cabral, A. (1974). *Unidade e Luta*. <http://www.amilcarcabral.org/livro.pdf&gt>
- Monga, C. (2010). *Niilismo e Negritude: As Artes de Viver na África* (pp. 11-38). Tradução Estela dos Santos Abreu. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes. (Coleção Dialética)
- Durkheim, É. (2011). *Educação e Sociologia*. (Coleção Textos Fundantes de Educação). Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis, RJ: Vozes
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro
- Ferreira, P. M. (2014). “Estados Frágeis” *Em África a Intervenção externa nos Processos de Construção do Estado (statebuilding) e da Paz (Peacebuilding)*. Tese de doutoramento não publicada. ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal. In [http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/11/LIVROTese\\_EstadosFrageisEmAfrica\\_FINAL-libre.pdf](http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/11/LIVROTese_EstadosFrageisEmAfrica_FINAL-libre.pdf)
- Lopes, C. (1987). *Transição Histórica na Guiné-Bissau: Do Movimento de Libertação Nacional Ao Estado*. “Kacu Martel”, n.º 2.- Grafismo: Luís Rodrigues; Fotocomposição e Montagem: Gamatipo artes Gráficas, Lda. Lisboa Impressão e Acabamento: Florida Gráfica, Lda

- Lopes, C. (2005). *Cooperação e Desenvolvimento humano: a agenda emergente para o novo milênio*. São Paulo: Editora UNESP
- Macamo, E. (n.d.). *A Constituição Duma Sociologia Das Sociedades Africanas* (pp. 1-13.). Universidade de Bayreuth, Alemanha, Professor Visitante Na Ufics/Uem
- Marx, K. (2013). *O Capital: Crítica da Economia Política: o processo de produção de capital* (Vols. I) (pp. 113-158). [tradução Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo
- Mbembe, A. (2015). Afropolitismo. *Áskesis*, 4(2), 68 - 71
- Mendy, P. K. (1992). Conquista militar da Guiné : da resistência à "participação" do arquipélago dos Bijagós 1917-1936. In: *Soranda: revista de estudos Guineenses*, 13, 41- 57
- Mendy, P. K. (1993). *A Herança Colonial e o Desafio da Integração* (pp. 3-37). Dakar
- Monteiro, A. O. C. (2011). Guiné Portuguesa Versus Guiné-Bissau: A Luta Da Libertação Nacional E O Projeto De Construção Do Estado Guineense. *Literatura, cultura e memória negra*. Número temático: 226. A Cor das Letras — UEFS, n. 12
- Mourão, W. F. (n.d.). *Coesão Social E Individualização: Análises E Interpretações Da Obra De Emile Durkheim - Da Divisão Do Trabalho Social*. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista - 14800-901 - Araraquara - SP
- Nzongola-Ntalaja, J. (2012). Desafios para a formação de Estados na África. In C. Lopes (org.), *Desafios Contemporâneos da África: O legado de Amílcar Cabral* (pp. 107-132). [tradução Roberto Leal/Fundação Amílcar Cabral]. São Paulo: Ed. Unesp
- N'krumah, K. (2011). O neocolonialismo em África. In M. R. Sanches (org.). *Malhas Que Os Impérios Tecem Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais* (pp. 287-307). Edições 70, Lda
- PAIGC. (1974). *História: A Guiné e as Ilhas de Cabo-Verde*. (pp. 140-161)
- Sucuma, A. (2012). *Vi. Breve Histórico Sobre A Construção Do Estado Da Guiné-Bissau* (pp. 129-144). Universidade Federal de Pernambuco/PPGCP – UFPE. Brasil
- Teixeira, R. J. D. (2015). *Cabo-Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o Estado* (pp. 217-403). Recife: ed. Autor
- Weber, M. (2012). *Economia e a Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Vol. II. 4. ed. (pp. 517-543). Brasília: Editora Universidade de Brasília

#### Nota:

- [1] Estudante do curso de Licenciatura em Sociologia e Bacharelado pleno em Ciências Humanas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB – CE. Membro de Grupo de Pesquisa África Contemporânea - UNILAB. Bolsista de PIBIC-UNILAB/CNPq sob Projeto de Pesquisa: Encruzilhadas: a intersecção entre os princípios filosóficos dinamizadores das religiões de matrizes africanas e afro-brasileiras presentes nas manifestações culturais afrocearenses.